

Cadernos **IHU***ideias*



Ano 13 • nº 227 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316



Paraguai:

primeira vigilância massiva norte-americana
e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)

Martín Almada

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana
e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)

*Paraguay: First massive North American surveillance and the
discovery of the Archive of Terror (Operation Condor)*

Martín Almada

Resumo

O artigo apresenta a cumplicidade dos governos de Washington e de Brasília num golpe de Estado que colocou Alfredo Stroessner na presidência do Paraguai e como o governo de Washington descarta facilmente quem com o tempo já não lhe serve. Na sequência, apresenta-se alguns dos elementos da política militar que teve como um dos seus principais instrumentos a sistemática vulneração dos Direitos Humanos na América Latina. Evidencia-se o pacto criminoso entre os países ditatoriais para o intercâmbio de informações de inteligência, denominado Operação Condor. Desvela-se o Arquivo do Terror e com este abrem-se as portas da verdade.

Palavras-chave: América Latina, Ditadura, Operação Condor, Paraguai, Washington.

Abstract

The article discusses the complicity of the governments in Washington and Brasília in the coup d'état that put Alfredo Stroessner in the presidency of Paraguay, as well as the way in which the government in Washington gets rid of those who cease to be useful to it over time. Then it describes some elements of that policy, which had as one of its main instruments the systematic violation of human rights in Latin America, as well as the criminal pact between the dictatorial countries for the exchange of intelligence information, the so-called Operation Condor. The Archive of Terror is disclosed, which opens the doors of truth.

Keywords: Latin America, Dictatorship, Operation Condor, Paraguay, Washington.

Cadernos **IHU***ideias*

Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)

Martín Almada

ano 13 • nº 227 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

Tradução de André Langer

 **UNISINOS**

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 227 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: Lic. Átila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Lic. Átila Alexius

Arte da capa: Patrícia Kunrath Silva

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

PARAGUAI:
PRIMEIRA VIGILÂNCIA MASSIVA NORTE-AMERICANA
E A DESCOBERTA DO ARQUIVO DO TERROR (OPERAÇÃO CONDOR)

Martín Almada

“Sobreviver às torturas nas câmaras de tormentos do ditador Alfredo Stroessner foi um milagre. Tuteei-me com a morte e escapei dela, embora a minha primeira esposa – a educadora Celestina Pérez – não tivesse tido a mesma sorte. Creio que é minha responsabilidade contar tudo o que vivi, vi e ouvi dentro e fora dos cárceres, até chegar, após 15 anos de paciente pesquisa coletiva, ao ‘ninho da serpente’: o Arquivo do Terror concernente à Operação Condor.

A descoberta do Arquivo foi uma vingança da história, que nos ensina que não há segredo que o tempo não revele, princípio inexorável ignorado pelo Exército, pela NSA (Agência Nacional de Segurança norte-americana) e pela CIA.

Parafraseando o ex-presó político mais antigo do ‘generalíssimo Franco pela Graça de Deus’, Marcos Ana, meu pecado foi mortal, porque quis colocar estrelas no coração dos homens livres.”

Martín Almada

Antecedentes

Com a cumplicidade dos governos de Washington e de Brasília, no dia 04 de maio de 1954 um golpe de Estado colocou Alfredo Stroessner na presidência do Paraguai. Logo se deram a conhecer as primeiras medidas autoritárias violadoras dos Direitos Humanos. Com a mesma cumplicidade de Washington e de Brasília, no dia 02 de fevereiro de 1989, 35 anos depois, Stroessner foi deposto do poder, também com um golpe de Estado, desta vez do general Andrés Rodríguez, seu consogro, que continuou aplicando a política de stroessnismo sem Stroessner. Uma evidência a mais de que a política de Washington se caracteriza por livrar-se facilmente de quem com o tempo já não lhe serve e substituí-lo por alguém que siga defendendo seus interesses.

Na sequência, exponho neste artigo, sumariamente, alguns dos elementos que demonstram como esta política teve como um dos seus instrumentos principais a sistemática vulneração dos Direitos Humanos, mergulhando a América Latina em um mar de terror, dor e morte. Apesar disso, a solidariedade entre pessoas e povos foi uma luz na escura noite das ditaduras, e graças a ela a esperança em um mundo de progresso, liberdade e respeito aos Direitos Humanos sempre permaneceu em pé.

Em 1955, Stroessner enviou para Washington o advogado Antonio Campos Alum para especializar-se em técnicas de tortura. Regressou em 1956, acompanhado pelo coronel de inteligência dos Estados Unidos, Robert K. Thierry, para criar o tenebroso escritório da Técnica, subordinado ao Ministério do Interior, um centro de tortura que funcionou até 1992, sempre sob a direção de Campos Alum. A Técnica foi uma importante estação da CIA em sua luta contra o comunismo no Cone Sul da América Latina. Hoje, o prédio onde funcionava sua sede central virou Museu das Memórias. Thierry organizou e fez funcionar o primeiro centro de tortura no Paraguai, ao mesmo tempo que preparou especialistas na matéria, tanto no Exército como na Polícia. A ignorância e a tortura foram as peças angulares do stroessnismo, foram o coração do sistema. A receita do coronel Thierry apontava para um país sem confronto de ideias e sem memória.

Em 1958, Richard Nixon, visceral anticomunista, vice-presidente dos Estados Unidos da América do Norte, visitou o Paraguai e consagrou o ditador Alfredo Stroessner como “campeão anticomunista da América Latina”. Em 1959, a Câmara de Representantes (o Poder Legislativo) foi dissolvida por sua adesão aos apelos estudantis e os parlamentares foram encarcerados, torturados e exilados. A partir de 1961, a ditadura de Stroessner enviou militares e policiais aos centros de aprendizagem de técnicas de tortura situados, primeiro na Escola das Américas, na zona do Canal do Panamá, e mais tarde no Forte Benning, no Estado da Geórgia, nos próprios Estados Unidos. Na Escola das Américas formou-se a maioria dos “golpistas” que protagonizaram golpes de Estado contra governos democráticos em toda a América Latina.

Foi no Brasil onde se colocou em prática pela primeira vez, em 1964, a doutrina de Segurança Nacional depois do golpe de Estado militar que derrubou o governo democrático de João Goulart, e começou a organizar seu serviço de inteligência a cargo do general Golbery do Couto e Silva, decididamente pró-norte-americano e antipopular, sob a direção nacional de, entre outros, os generais “gorilas” Humberto Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva.

Toda esta política dos Estados Unidos, repressiva e orientada à consolidação de regimes criminosos, que foi tradicional em sua relação com a América Latina, recrudescceu a partir da vitória da revolução cubana com intervenções militares em muitas partes do continente, realizadas direta ou indiretamente.

Paralelamente a estas invasões militares, alguns países foram submetidos a pressões políticas e econômicas que condicionaram violentamente sua situação política com o resultado de milhares de mortos. Em 1965, por exemplo, as tropas norte-americanas ocuparam a República Dominicana porque o coronel revolucionário Francisco Caamaño Deñó assumiu o poder e estabeleceu sólidas relações com o governo de Fidel Castro. Washington, uma vez consolidado o golpe de Estado, retirou suas tropas, que foram substituídas pelas tropas “democráticas” do Brasil e do Paraguai.

Em 1969, Nelson Rockefeller, governador do Estado de Nova York, visitou o ditador Stroessner enquanto estudantes secundaristas e universitários repudiavam o encontro nas ruas com manifestações e a queima de uma bandeira norte-americana na Universidade Católica. A repressão policial foi brutal. Os manifestantes evocaram a injusta guerra pelo petróleo entre o Paraguai e a Bolívia (1932-35) que foi financiada pela empresa de Rockefeller e denunciada pelo senador Huey Long no Congresso norte-americano. Denúncia que lhe custou a vida. Devemos recordar, também, que em 1970 houve um genocídio da nação Ache, com a captura e encarceramento de muitos de seus membros no campo de concentração Colônia Nacional Guayaki.

Bordando solidariedade no Cone Sul

Diante desta política criminosa, estendeu-se sobre o continente um manto de solidariedade que foi bordado por milhares de mãos, especialmente no Cone Sul. Entre os numerosos exemplos desta solidariedade podemos destacar que em 1969 dezenas de professores e militantes revolucionários bolivianos receberam asilo político no Paraguai por mediação das autoridades eclesásticas da Bolívia. Foram alojados no Centro de Recrutamento do Exército onde fomos visitá-los como sindicalistas e oferecer-lhes a nossa plena solidariedade. Este contato fluido com os “subversivos”, que eles chamavam de “cholos zurdos”, causou evidente mal-estar na polícia.

Na década de 1970, sendo eu diretor do Instituto Juan Bautista Alberdi da localidade de San Lorenzo, um padre católico jesuíta, Pascual Páez, me deu de presente, em um gesto de solidariedade que não esque-

ci, uma fotocópia do livro de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, que mudou o rumo da minha existência e o da minha finada esposa, Celestina Pérez. A aplicação de sua metodologia provocou a ira do então ministro da Educação, Raúl Peña, que foi informado através de Felipe Salomón, presidente da Seção Colorada do lugar, uma unidade básica do partido do regime a serviço da polícia política, ou seja, um “delator”.

Nesta mesma localidade de San Lorenzo, entre 1965 e 1972, nos lançamos a organizar o projeto “Por um teto próprio para cada educador paraguaio”. Começamos a construir as primeiras moradias confortáveis com o apoio da embaixada argentina. Esta representação diplomática nos animou a organizar festivais para arrecadar fundos com as figuras mais destacadas da época, como Leo Dan, María Elena, Jorge Cafrune, Horacio Guarany, etc. Organizamos o primeiro deles nas dependências do Sportivo San Lorenzo, com a participação de mais de 2 mil pessoas. A polícia acusou os artistas argentinos colaboradores de “comunistas” e proibiu a organização dos festivais.

Em 1970, fui designado presidente da V Convenção da Federação de Educadores do Paraguai (FEP). Havíamos solicitado um importante aumento de salário ao presidente do Congresso Nacional, J. Eulogio Estigarribia, e também o fim da existência de professores/as sem salário, autênticos “professores escravos”. Diante da negação de dar uma satisfação às nossas reivindicações, manifestei com veemência “que os professores queríamos trabalhar sem fome e viver sem medo”. O governo qualificou a minha intervenção de muito subversiva. Um ano depois, foi exibido no Cine Gloria, de San Lorenzo, o filme “El Profe”, protagonizado pelo grande ator mexicano Cantinflas. Nele se representa a perseguição de um educador rural que consegue organizar e mobilizar a população de uma localidade em defesa de sua comunidade educativa. Acaba triunfando a causa cidadã. Via embaixada do México, enviamos uma carta de felicitações a Cantinflas por seu trabalho audiovisual e, para a nossa surpresa, recebemos sua resposta anunciando que viria a Assunção para fazer um festival a favor do nosso projeto social. A imprensa ecoou este gesto de solidariedade de Cantinflas, que se converteu imediatamente em uma grande notícia. Diante de tudo isso o ministro da Educação, Raúl Peña, me ordenou que cancelasse o convite. Intimou-me a me ajustar estritamente ao plano curricular do governo, ameaçando-me que em caso contrário seria objeto de uma dura punição. Assinalou que estava bem informado de que estávamos incubando um ambiente muito subversivo no Instituto ao meu encargo.

Antes de viajar fui à Secretaria Técnica de Planificação para solicitar documentos. Atendeu-me Federico Mandelburger, ministro da instituição e

amigo pessoal, que me deu autorização para visitar o Centro de Documentação e levar os documentos que achasse conveniente. Reuni todo o material relativo a dados estatísticos sobre a educação paraguaia. Também selecionei um documento que me chamou a atenção pelo título: “Infância, Educação e Sociedad”, publicado sob a direção do Dr. Enrique Ibarra.

A Argentina da década de 1970. A revolução cultural na Universidade de La Plata

Graduei-me em Licenciatura em Ciências da Educação na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção em 1963. Estava instalado no centro da capital em um edifício antigo, embora limpo e asseado como os alunos, que nos caracterizávamos por ser “bem ordenados” e, sobretudo, obedientes, como se fôssemos alunos do primário. Nosso decano, o psiquiatra Carlos Álvarez, ostentava um cargo militar importante, coisa que soube tempo depois. O lema da instituição era “Magister dixit”. Nosso professor de Sociologia da Educação e de Filosofia da Educação foi Manfredo Ramírez Russo, que era também presidente fundador da Democracia Cristã, muito amigo do Chefe da Missão Militar Argentina, o coronel Cristino Nicolaidis, que depois, já ascendido a general e no marco da Operação Condor, converteu-se em um feroz repressor. Ramírez Russo mais tarde traiu seu partido ao colocar-se a serviço da polícia secreta de Stroessner e conseguiu ser promovido para vice-ministro de Culto. Foi o delator/repressor de todos os movimentos estudantis dos colégios secundaristas católicos, da Universidade Católica e de todos os padres e bispos que fizeram a opção preferencial pelos pobres. Estes eram alguns dos principais protagonistas da Faculdade, o que permite adivinhar os caminhos negativos pelos quais transcorreria o país.

Minha ida à Argentina significou abrir uma nova etapa. Na primeira noite na cidade de La Plata não pude conciliar o sono, porque na frente do meu alojamento, em uma parede, estava escrito em letras bem grandes: “Perón ou morte”. A frase me parecia uma amostra de irracionalidade por parte dos estudantes argentinos. No começo da minha estada me senti muito mal, violentado pelo ambiente crítico e pela mobilização permanente de estudantes e professores, tudo muito diferente da Universidade Paraguaia, onde reinava a “paz”, e o medo era a nossa segunda pele. Mas um fato me chamou a atenção positivamente: naquela universidade comiam gratuitamente 20 mil alunos da América Latina, com alimentos de qualidade e, além disso, com assistência médica gratuita.

Matriculei-me na Faculdade de Humanidades. Um prédio velho e cheio de bandeiras e grafites assombrosos: a foice e o martelo, imagens

de Marx e Engels, de Che, Fidel, Sandino, Salvador Allende, de Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Mao, Perón, Mariategui, etc. E a frase “yankee go home” por todos os lados. Minha opinião piorou quando fui ao refeitório da universidade. Um enorme edifício moderno onde escutava inflamados discursos a favor ou contra alguém ou grupo político. Os temas centrais eram a construção do Projeto Nacional e Popular além da Pátria Grande latino-americana. Compreendi logo que se referiam ao país real, que não tinha nada a ver com o país que refletiam os conteúdos das leituras oficiais. Todos se sentiam próximos de conquistar o poder. Uma frase de Karl Marx repetia-se sem cessar: “Conquistar o poder e colocá-lo nas mãos do proletariado”. Expressão de que, finalmente, gostei, apesar do medo que me consumia, porque ao término da bolsa tinha que retornar ao Paraguai, ao meu inferno de “Paz e Progresso”.

Denúncia da primeira vigilância massiva norte-americana no Paraguai. Riscos e consequências

Reuni-me com meu diretor de tese, o professor Ricardo Nassif, a quem entreguei meu dossiê de documentos oficiais. Depois de várias sessões de trabalho perguntou-me quem me tinha facilitado o texto “Infância, Educação e Sociedade”, porque lhe chamava a atenção seu conteúdo policialesco de vigilância massiva, já que implicava uma posição antiética da pesquisa social. Respondi-lhe que tinha sido facilitado pela Secretaria de Planificação Técnica do governo de Stroessner.

Trabalhava intensamente na minha tese, e no marco do programa da mesma me transferi para Montevideu, para a Universidade da República. Ali, o professor Julio Castro me ajudou a montar o projeto de pesquisa. Ofereceu-me generosamente seu apoio intelectual e me recomendou, especialmente, ter cuidado com o conteúdo do material intitulado “Infância, Educação e Sociedade”, pois era digno de uma investigação séria, porque se tratava da utilização dos cientistas sociais para extrair informações de caráter político-militar. “Esta é a prova, assinalou, de que os cientistas sociais do Paraguai se meteram na lama, estão se sujando e a sujeira está respingando em muita gente inocente...”. Efetivamente, antecipou sua tragédia e a minha. O professor Julio Castro, de renome internacional, de tendência de esquerda, foi sequestrado pelos militares uruguaios, brutalmente torturado e assassinado em um quartel.

De volta a La Plata, tive uma desagradável surpresa. Nos corredores da universidade encontrei o coronel Juan Carlos Moreno, ex-Chefe da Missão Militar Argentina no Paraguai. Estava vestido de civil e me disse que era o Secretário Técnico do Reitor da Universidade, majormédico

veterinário Guillermo Gallo. Suspeitei logo que sua função era antes de “inteligência” para preparar a lista dos subversivos de nossa explosiva universidade que tinham que ser “neutralizados”, ou seja, eliminados, entre eles, eu.

No final de 1974, defendi minha tese intitulada “Paraguai: educação e dependência”. Defendi que “a educação só beneficia a classe dominante e está a serviço do subdesenvolvimento e da dependência”. Dediquei um capítulo especial à espionagem sociopolítica norte-americana no Paraguai através dos questionários incorporados ao documento “Infância, Educação e Sociedade” e que estavam encabeçados com a seguinte legenda: “Presidente da República. Secretaria Técnica de Planificação. Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Consultoria de Fomento S.R.L. Instituto de Desenvolvimento. Pesquisa sobre opiniões de líderes acerca das políticas sobre população e família. Projeto nº 526-11-580-085/ Population and Nutrition”.

Tomei consciência de que se tratava de um trabalho de inteligência para detectar precocemente opositores ao regime de Stroessner. Uma medida profilática do Exército norte-americano contra a insurgência latino-americana, coerente com a Doutrina da Segurança Nacional.

De novo no Paraguai. Perseguições políticas

Regressei ao Paraguai com a alegria de ser o primeiro paraguaio com um título concedido por uma universidade argentina do prestígio da de La Plata, mas esta alegria se viu empanada pela dor de tomar conhecimento de que meu professor de Sociologia da Educação, Guillermo Savloff, de tendência progressista, foi brutalmente assassinado pela Tríplice A (grupo argentino paramilitar terrorista de tendência reacionária), com 48 tiros, quando se dirigia para a universidade.

A ditadura de Stroessner havia aumentado seu autoritarismo. E havia estabelecido o protocolo da adulação. Esperava-se que ao regressar, e depois da minha vitória acadêmica universitária, concorreria ao despacho presidencial para saudar e agradecer-lhe a ajuda recebida, com uma foto respectiva divulgada no jornal oficialista. Não o fiz, apesar dos conselhos de amigos, e isso piorou a minha situação política. Também não corri à embaixada argentina, pois seu titular, o general Norberto Sergio Novoa, era pessoa muito próxima de Stroessner.

O ambiente ia ficando cada vez mais rarefeito e, finalmente, no dia 26 de novembro de 1974, às 18 horas, estando junto à minha família no Instituto Juan Bautista Alberdi em San Lorenzo, apareceu o famoso carro “Caperucita Roja”. O simples aparecimento deste carro produzia terror,

pois uma frota deles circulava por Assunção e seus arredores em funções de amedrontamento, além de ser o carro utilizado habitualmente para o sequestro de vítimas. Tratava-se de camionetas Chevrolet, da empresa norte-americana General Motors, pintadas de vermelho e que dispunham de espaço na parte traseira onde os policiais iniciavam a sessão de golpes para “abrandar” as vítimas antes que estas entrassem na sala de tormento. Por certo que depois de 10 anos de pesquisa encontrei no centro de Assunção a “Caperucita Roja”, marca Chevrolet, e fizemos a denúncia correspondente. Hoje pode ser vista no nosso “Museu das Memórias: Ditadura e Direitos Humanos”.

Detiveram-me e me algemaram, e imediatamente me jogaram no interior do veículo junto com meu sobrinho Lorenzo Lidio Jara Pérez, argentino de 17 anos. Levaram-nos à Direção de Pesquisas da Polícia (polícia política) em Assunção, e já durante o trajeto sofremos as primeiras torturas de “abrandamento”. Ao chegar à Direção de Pesquisas, nos separaram. Mais tarde, fiquei sabendo que torturaram o Lorenzo e em consequência disso perdeu um olho. Imediatamente fui levado a um Tribunal militar, integrado por militares elegantemente vestidos, da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Também estavam presentes autoridades civis de várias nacionalidades e, segundo me comentou depois o rapaz que estava servindo café a estas autoridades, o ditador Stroessner também estava presente na minha declaração, mas na última fila. Apesar de estar ainda aturdido pelas torturas de “abrandamento”, interrogaram-me sobre o meu trabalho subversivo vinculado a Paulo Freire, Catinflas, a campanha “Teto próprio para cada educador...”, a reivindicação de aumento de salário para o magistério, sobre o diretor da minha tese e sobre os membros do Jurado na Universidade de La Plata e assessores da universidade uruguaia.

Diante do meu permanente silêncio, fui interrogado e torturado por gente da Marinha de alta graduação do Brasil e do Uruguai, a quem identifiquei pelo seu sotaque. Perguntavam-me insistentemente se o professor Julio Castro, de Montevidéu, a quem chamavam de “comunista” e que me ajudou a montar o meu projeto de pesquisa, tinha conhecimento de que eu possuía o “documento”. Referiam-se ao documento “Infância, Educação e Sociedade”. O que o misterioso documento continha?

O documento/radiografia, segundo pude interpretar, era uma ferramenta do Plano Camelot, que no Paraguai precedeu a Operação Condor. Na década de 1960, o Exército, a Agência Nacional de Segurança (NSA) e a Agência Central de Inteligência (CIA) encomendaram à Universidade de Washington uma pesquisa em Ciências Sociais para conhecer antecipadamente as causas das rebeliões sociais na América Latina e identifi-

car as medias que os governos dos “países amigos” deveriam adotar com o apoio dos Estados Unidos para evitar sua queda e garantir a “paz social”.

O triunfo da revolução cubana em 1959 foi para os Estados Unidos da América do Norte uma derrota. Era preciso evitar a extensão do exemplo cubano e com ele a do comunismo com a consequente ingerência no continente da inimiga URSS. Para isso era necessário, em uma primeira etapa, conhecer e penetrar na complicada estrutura social das populações locais e dos povos indígenas da região. O Paraguai figurava entre os países assinalados. Em uma segunda etapa realizava-se a provocação de uma guerra psicológica de desestabilização. As pesquisas deveriam prover informação para medir e prognosticar as causas das revoluções e da insegurança. Numerosas publicações indicam que se tentou colocar em prática estas fases no Chile, na década de 1960. Ali, problemas políticos e diplomáticos finalmente impediram sua aplicação e sua denúncia pública provocou um escandaloso rechaço. Este fracasso não impediu, não obstante, a aplicação do Plano Camelot em outros países como o Paraguai.

O documento tantas vezes mencionado continha longos questionários que transcrevi na minha tese e que serviram para fundamentar as relações de dependência com os Estados Unidos e o Brasil, assim como para sustentar o meu argumento sobre a dominação e endividamento externo, que já registrava o antecedente da reestruturação da Universidade Nacional. Os questionários deviam prover um diagnóstico exaustivo das populações. Os temas mais inquietantes eram aqueles referidos ao controle da natalidade, o papel da mulher na família e sua incorporação ao trabalho, as modalidades de recreação, as formas de solução de conflitos, as preferências na audição de rádios nacionais ou estrangeiras, as leituras preferidas, as lideranças...

Uma Igreja com opção preferencial pelos camponeses, pobres e presos políticos

Nos anos da ditadura stroessnista ocorreram grandes mudanças na Igreja católica, com o Concílio Vaticano II e a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín. A Igreja abriu-se às novas realidades mundiais e na América Latina produziu-se uma corrente de mudanças que tiveram grande impacto nas relações Estado-Política-Desenvolvimento.

No Paraguai, a hierarquia católica cumpriu cabalmente a “opção preferencial pelos pobres” e alentou a formação das Ligas Agrárias que fa-

ziam frente ao modelo capitalista imposto pela ditadura. Mais adiante, e quando o terror strossenista reprimiu as exitosas unidades produtivas das Ligas em todo o país, formaram-se as Comunidades Eclesiais de Base. Elas seguiram com seus pastores fiéis aos valores da liberdade, justiça, solidariedade e dignidade sem deixar sua luta pelo direito à terra produtiva. A liderança desta Igreja paraguaia tem nomes, como dom Ramón Bogarín Argaña, falecido de um “suspeitoso” ataque cardíaco. Igualmente Ismael Rolón, Aníbal Maricevich Fleitas, Mario Melanio Medina, os padres Francisco De Paula Oliva, José Luis Caravias, Ramón Talavera, Braulio Maciel, José María Blanch, Miguel Muñarriz, Bartolomé Melià, Jose Zarnardini, Angel P. Acha, Ignacio Ramallo, Gilberto Giménez, Dionisio Gauto, Arnaldo Gutiérrez, Ignacio Parra, Luis Farré e outros que estavam enfrentados com o regime ditatorial.

Esta Igreja do compromisso também trabalhava para favorecer projetos como a campanha de construção de moradias para professores em San Lorenzo, que impulsionamos a partir do Instituto que dirigíamos com a minha esposa Celestina e uma equipe de valiosos professores. Assim conheci o Padre Miguel San Martí, a quem eu admirava por seu compromisso social a partir do trabalho na Universidade Católica. O Padre Angel P. Acha, também progressista, que me facilitava alguns documentos da Pastoral Social. Todos estes religiosos comprometidos com os pobres e contrários à ditadura faziam parte do mundo solidário que permitiu manter a esperança nos dias mais escuros. Sobre as minhas vinculações com eles fui interrogado reiteradamente nas sessões de tortura.

No entanto, na Igreja paraguaia também houve notáveis “manchas negras” relacionadas com a ditadura, como o pároco de San Lorenzo, Florián Kronesis, húngaro, de pensamento conservador e muito dedicado ao negócio imobiliário, principal tema de seu interesse no Paraguai. Seu grande mérito foi ter feito construir uma catedral fruto da contribuição dos fiéis para estar acorde com o vizinho campus da remodelada Universidade Nacional de Assunção. Também se pode mencionar Monsenhor Anibal Mena Porta, Juan Moleon Andreu e Ramón Mayans, Padre Sanabria, etc. que estavam a serviço da ditadura.

A vida continua, mas o vazio é enorme e a dor é permanente

A sociedade civil sul-americana confiou muito em suas Forças Públicas. Exércitos e polícias não foram obedientes à Constituição, mas obedeceram antes às ordens de Washington. O fato de que estas forças armadas e policiais fossem formadas na Escola das Américas, na região do Canal do Panamá, um centro dos Estados Unidos especializado em re-

pressão da subversão e no ensino da tortura como instrumento de prática normal e cotidiana, explica o seu comportamento. Estas forças foram mais tarde componentes fundamentais do terrorismo de Estado aplicado em nossos países latino-americanos. Foram executores de crimes de lesa-humanidade e cometeram genocídios contra povos originários em vários territórios americanos. Eles colocaram em prática a Operação Condor para favorecer a aplicação de modelos econômicos neoliberais favoráveis a multinacionais e produtores de fome. E para isso utilizaram o extermínio, a tortura, o exílio de inimigos civis, religiosos, preferencialmente intelectuais e líderes jovens. Consequência disso é que hoje se adverte essa carência de líderes de fortes convicções morais para lutar contra a política de austeridade imposta pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Um elo fundamental desta história refere-se às relações do Paraguai com os Estados Unidos desde antes da Guerra do Chaco (1932-34), com um saldo de mais de 32 mil vítimas. Com permanente influência sobre o país, os Estados Unidos contribuíram com a ditadura de Higinio Morínigo (1940-48), que foi recebido na Casa Branca com todas as honras... depois Stroessner recebeu uma assessoria especial nas bases norte-americanas naquele país, e finalmente colaboraram com o golpe que o instalou no poder por 35 anos. Afiançaram-no com créditos do Banco Inter-Americano e assistências técnicas em diversos ministérios e organismos agrícolas.

De modo especial, os Estados Unidos contribuíram para a repressão com a criação da Direção Nacional de Assuntos Técnicos (1956-1992), unidade do Ministério do Interior (atualmente transformado no Museu das Memórias), onde durante dois anos trabalhou o assessor norte-americano coronel Robert K. Thierry para introduzir os novos métodos de interrogatório e técnicas de tortura, fundamentalmente estratégias militares e policiais que exterminariam a oposição democrática durante duas décadas, assim como os movimentos guerrilheiros Movimento 14 de Maio e Frente Unida de Libertação Nacional entre 1959 e 1961. Os militares e policiais terroristas, de acordo com os assessores dos Estados Unidos, participaram ativamente da Operação Condor e aplicaram seus métodos de tortura e morte até o fim da ditadura.

Na construção da história do Cone Sul, ainda há muitas conexões por descobrir, mas sabemos, através da pesquisa do destacado defensor dos Direitos Humanos, o brasileiro Jair Krischke, que um precedente do Condor cumpriria uma fase inicial em 1964 com o golpe de Estado militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart. Por sua vez, a notável escritora e jornalista argentina Stella Calloni estima que o antece-

dente mais importante da Operação Condor foi o Programa Fênix, das equipes de inteligência norte-americana no Vietnã em 1968, que pretendeu infrutuosamente desbaratar a estrutura organizativa do Vietcong e concluiu com um fracasso total, e com a evidência do mais contundente rechaço de todo um povo às pretensões de dominação imperial.

Frank Gaudichaud, especialista francês no tema, nos diz que os golpes militares inspirados pelos Estados Unidos na América Latina tinham como objetivo instalar o modelo neoliberal com a ideia de que todos os problemas econômicos, sociais e educacionais poderiam ser resolvidos através do livre funcionamento do mercado, até a privatização dos cemitérios, como fez Pinochet. Este objetivo tinha um custo muito alto: a aniquilação por desaparecimento físico de nossos intelectuais ou o calamento de vastos setores da nossa sociedade. Repito: a Operação Condor mandou para o exílio interno ou externo o melhor da intelectualidade.

Especialmente inimigos da cultura em geral, os protagonistas do Condor consideravam o progresso como incubador de subversão. O general Stroessner defendia a teoria de que o “progresso é um caldo de cultivo para a delinquência e a maior educação e cultura correspondia a um maior foco de subversão e que por isso seria preciso desconfiar dos intelectuais, sobretudo vigiá-los”. Justamente por isso o ditador tipificou o meu crime como “Terrorista Intelectual” e passei, após ser torturado, três anos encarcerado em condições muito duras. Compartilhei a reclusão com muitos companheiros e companheiras de todas as ideologias. No Campo de Concentração de Emboscada, por exemplo, havia mais de 400 prisioneiros políticos de pensamentos políticos diferentes, produzindo-se um grande intercâmbio de olhares. Como disse a doutora Gladys M. de Sanneman, também presa política, saímos dali todos contaminados.

Os nossos povos sofreram uma agressão demencial por parte dos sistemas de segurança dos Estados em cumplicidade com os poderes judiciários e setores importantes do empresariado e também de um importante setor da hierarquia conservadora da Igreja católica, em especial na Argentina – salvo honrosas exceções – da Organização Internacional da Polícia Criminal (Interpol) com sede em Lyon, na França, e especialmente com a colaboração das embaixadas norte-americanas através da USAID, sem esquecer os agregados militares.

Implantou-se a Doutrina da Segurança Nacional norte-americana onde o inimigo interno era o próprio povo. Instalaram-se no poder quadrilhas de ladrões e assassinos, de grupos empresariais e de militares que combatiam diretamente, mediante o terror, uma grande parte da população. Assim se constituiu um Estado que se voltou contra a sociedade que o sustentava com seus impostos.

O professor francês Raymond Aron, filósofo da história, em seu interessante livro *Os últimos anos do século* (1984), apesar de sua condição política conservadora, refletia assim sobre os golpes militares no Cone Sul da América Latina: “O que importa aos Estados Unidos da América a cor do regime instalado em Santiago?” O sangrento golpe de Estado no Chile em 1973, e os que se deram nos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) coincidiram com a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Ambas as potências contavam com numeroso arsenal atômico que constituía um aberto desafio à paz no mundo, quando não à própria existência deste. O Chile e os outros países do Condor não significavam nada na correlação de forças entre ambas as potências porque não possuíam armas nucleares.

Os motivos que estavam por trás da política criminosa dos Estados Unidos no continente eram razões de natureza interna, de defesa dos interesses econômicos e sociais próprios, e utilizaram como desculpa o pretendido perigo comunista e a Guerra Fria. Neste sentido, é preciso recordar que o próprio Raymond Aron anunciou que o golpe do general Pinochet e demais militares não tinha, no futuro, perspectiva de sucesso. Uma derrota anunciada com acerto. Da mesma maneira, o eminente historiador francês disse claramente que o bloqueio econômico a Cuba era um absurdo. Efetivamente, havia uma miopia política por parte do Departamento de Estado norte-americano, em particular de Henry Kissinger, por levar adiante a ferro e fogo a Operação Condor, apesar da oposição do próprio embaixador norte-americano em Santiago do Chile.

A descoberta do Condor

O que foi a Operação Condor? Em 1975, foi selado um pacto criminoso entre os países ditatoriais do Cone Sul da América Latina para o intercâmbio de informações de inteligência. Simplesmente formaram uma associação ilícita para delinquir. As informações requeridas eram a relação nominal de cidadãos considerados “subversivos” ou de atitude ou pensamento opositor, especialmente entre setores da educação, da cultura, das artes, dos sindicatos, etc. desde simplesmente democratas até membros de grupos armados. Uma vez localizados, o passo seguinte era sua detenção, transferência para outro país se assim se requeria, tortura e execução. O resultado foram dezenas de milhares de torturados e assassinados, muitos dos quais ainda constam como desaparecidos. Tudo isso para salvar supostamente a civilização ocidental e cristã das garras do comunismo ateu e apátrida.

De acordo com o Império Estados Unidos, os países já disciplinados no começo da década de 1970, porque a esquerda já havia sido derrotada, eram a Bolívia, o Brasil e o Paraguai. Os países a serem disciplinados eram a Argentina, o Chile e o Uruguai, onde a esquerda estava organizada e mobilizada e apontava para a tomada do poder. Segundo manifestou Kissinger em 1970, estes países “necessitam de um corretivo”. E o corretivo chegou, e a tortura converteu-se em política de Estado para desarticular as organizações políticas e sociais. Tudo isso para impor a ferro e fogo o modelo neoliberal, isto é, a privatização do público, o controle privado dos recursos naturais, em última instância, a entrega de nossa soberania. Isso equivale a sangrar a pátria. O lema imposto foi e segue sendo o seguinte: “Mercado total e insegurança total...”. O custo em direitos humanos foi imenso e ainda hoje a ferida segue aberta e sangrando.

A Operação Condor planejou e executou o desaparecimento físico do melhor pensamento de nossa região. Significou uma autêntica “bomba atômica” sobre o Cone Sul da América Latina. O então secretário de Estado Henry Kissinger, certamente, Nobel da Paz, ordenou literalmente seu lançamento sobre a população civil da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai com o terrível saldo de mais de 100 mil vítimas mortais; em sua grande maioria líderes sociais, sindicalistas, inclusive os dirigentes da Teoria da Libertação, professores, estudantes, jornalistas, artistas, escritores, médicos, advogados, defensores dos direitos humanos, militares constitucionistas, etc. foram eliminados com grande crueldade.

O Condor foi posto em marcha no dia 25 de novembro de 1975. Nos Arquivos encontrou-se um convite para a reunião constituinte, chamada de “Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional”. Assim constava no convite do coronel Manuel Contreras (morto recentemente cumprindo condenação), Diretor de Inteligência Nacional do Chile, ao Chefe de Polícia do Paraguai, general Francisco Britez Borges, para participar da reunião em Santiago do Chile de 25 de novembro a 1º de dezembro de 1975. Representando o governo paraguaio, participou da reunião o coronel de Inteligência Benito Guanes Serrano, que seria nomeado depois como o nº 2 do Condor, ao passo que era designado o nº 1 do Condor paraguaio o general Alejandro Fretes Dávalos. Na reunião seria tratado um documento de sete páginas denominado “Os fundamentos da luta contra a subversão comunista”, além da proposta de criação de um Banco de Dados (algo similar ao que tem a Interpol em Paris), da mecânica de consulta, do sistema para cifrar e decifrar informações, do sistema de coordenação, etc. De fato, a reunião serviu de nascimento formal do Condor, e nela se definiram as linhas mestras de atuação desta organização, seu programa geral, esquema orgânico, etc.

Quem assinou o pacto criminal? John Dinges, jornalista norte-americano e escritor especialista na Operação Condor e autor do livro “Os anos Condor. Como Pinochet e seus aliados levaram o terrorismo a três continentes” (The New Press, 2004), afirma que da reunião de Santiago participaram e assinaram a ata de compromisso: o capitão de Navio Jorge A. Casas (Argentina), o major Carlos Mena (Bolívia), o general Manuel Contreras (Chile), recentemente falecido em cativeiro, o coronel José A. Fons (Uruguai) e o general Benito Guanes Serrano (Paraguai). A delegação brasileira não assinou a Ata porque não estava de acordo em cometer os crimes políticos fora da região. A partir de 1976, o Brasil integrou-se ao Projeto, em uma reunião realizada no luxuoso Hotel Guaraní, em Assunção.

O início da ação judicial e o Arquivo do Terror

A imprensa ecoou que “no dia 14 de novembro de 1992, às 8h10min, apresentou-se ao juizado de Primeira Instância do Criminal do Terceiro Turno por parte do Dr. Martín Almada uma solicitação de *habeas data* sob o patrocínio dos advogados Pedro Darío Portillo e Rodolfo Aseretto. Tal solicitude foi recepcionada por Julio Vasconsellos, atuário do juiz José Agustín Fernández. A abordagem de Martín Almada constituiu a primeira ação de reclamo da garantia constitucional de *habeas data* na história do Paraguai”. Era o passo definitivo para o aparecimento da Operação Condor. (Fonte: <http://www.pj.gov.py>)

Trinta e oito dias depois, no dia 22 de dezembro de 1992, e graças às minhas iniciativas, bem como de outras pessoas que não tinham relação com a autoridade oficial, foi ocupado o Departamento de Produções da Polícia, situado em Lambaré, a 4 km da capital, Assunção. O comissário da cidade tentou, sem sucesso, impedir a entrada do juiz José Agustín Fernández no local onde se encontravam os documentos do Arquivo. Ali, naquela Delegacia, encontrava-se o ninho do Condor.

A descoberta do Arquivo do Terror do Condor foi fruto de 15 anos de paciente pesquisa, depois de ter sofrido detenção, tortura, a morte de minha esposa, o confisco dos nossos bens e um longo exílio. A maior parte da pesquisa a realizei trabalhando em Paris através da Revista Policial do Paraguai e da coleção do DIAL (Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine). O ponto final da pesquisa foi descobrir a Delegacia onde se encontrava o Arquivo. Abri, assim, as portas do passado e por elas pudemos ter acesso às inquietantes histórias dos países do Cone Sul contadas pelos próprios repressores. Desta maneira, converti-me no “pesadelo” de quem quis roubar os nossos sonhos de justiça e liberdade.

Os documentos encontrados no Arquivo da Morte permitiram demonstrar que foram os Estados Unidos da América do Norte os que, no marco da Guerra Fria, estabeleceram no Paraguai e em toda a região a doutrina da Segurança Nacional. Ou seja, que os norte-americanos inspiraram a política e formaram/treinaram os torturadores, facilitaram instrumentos de tortura e enviaram técnicos especializados para essa finalidade. Por esta razão, surpreendeu a assinatura de um convênio, precisamente com os Estados Unidos, pelo qual se estabelecia um centro destinado a preservar os documentos do Arquivo. Segundo a Resolução nº 81 de 26 de março de 1993, a Suprema Corte de Justiça e a Procuradoria Geral do Estado assinaram um convênio secreto com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) estabelecendo a criação de um Centro de Documentação para a Defesa dos Direitos Humanos destinado a preservar e salvaguardar os documentos incorporados ao Arquivo do Departamento de Pesquisa da Polícia da Capital e da Seção Técnica do Ministério do Interior. De acordo com o convênio, os documentos estariam exclusivamente a cargo do Poder Judiciário. As vítimas tinham colocado o peito durante longos 35 anos e quando finalmente conseguimos chegar ao ninho do Condor, a Suprema Corte de Justiça entregou silenciosamente para a sua “salvaguarda” as 3 ou 4 toneladas de documentos que compunham o Arquivo do Terror aos Estados Unidos da América do Norte, precisamente aos autores morais, intelectuais e materiais das violações dos direitos humanos.

Segundo diz textualmente em sua página 3 a Memória da “descoberta” dos Arquivos (1993-1999), versão oficial da USAID: “No dia 22 de dezembro de 1992 é ocupado o Departamento de Produções da Polícia, situado na cidade de Lambaré a 4 km da Capital. O procedimento foi dirigido pelos Doutores José Agustín Fernández e Luis María Benítez Riera, juízes do 2º e 3º turnos no Criminal”. Na página 5 diz também textualmente: “Posteriormente são feitas duas ocupações, o primeiro no mês de janeiro de 1993, ao Departamento Judicial da Polícia, e o segundo à Delegacia 3ª”. Não se menciona que tudo isso respondeu às minhas iniciativas, sem intervenção judicial. Os responsáveis pelo Arquivo dão a entender que a descoberta foi fruto somente do esforço dos juízes segundo a Suprema Corte de Justiça. Dirigi-me então à USAID para que retirassem todas as publicações que continham essas informações enviesadas e lançassem uma nova publicação ajustando-se à verdade. A resposta foi que eles somente facilitaram o dinheiro para financiar o material publicado, mas que não tinham nada a ver com o seu conteúdo.

Além disso, recorri ao Presidente da Suprema Corte de Justiça para que também o sítio da internet “Arquivo do Terror” se ajustasse à verdade.

A versão correta foi preparada pelo próprio juiz penal interveniente, José Agustín Fernández. Depois de 20 anos de luta, finalmente, se superou o impasse do sítio da internet.

Através da mesma resolução nº 81, integrava-se a Direção do Arquivo e a equipe correspondente, mas excluindo totalmente as vítimas da administração desse “bem público” que tanto custou a descobrir. A participação das vítimas é fundamental porque foram somente elas que tornaram visível o que antes era invisível. Produziu-se, assim, uma flagrante apropriação indevida por parte do Poder Judiciário e da USAID. O Arquivo foi burocratizado e a Defensoria do Povo e algumas autoridades do Arquivo converteram-se em nossos novos verdugos.

A USAID, com a cumplicidade da Suprema Corte de Justiça, converteu o Arquivo do Terror em uma simples galeria de exposição de documentos históricos ao limitar-se a receber as pessoas, mostrar a riqueza documental, mas sem realizar nenhum trabalho de pesquisa. Dizem que é um arquivo policial e não militar, ao passo que todos os documentos são de procedência militar com cópia para a polícia. O Arquivo do Terror do Paraguai está cheio de ordens do Condor nº 1 e mais tarde do Condor nº 2.

Da nossa parte, criamos, em 1994 e 1995, o “Tribunal Ético contra a Impunidade” e acusamos e condenamos o general Ramón Duarte Vera, Chefe da Polícia de Stroessner na primeira etapa de seu governo criminoso.

Com financiamento da USAID, a Suprema Corte de Justiça publicou, em novembro de 2007, a revista “Ditadura, anos de luta e resistência”. Aproveitaram os documentos encontrados no dia 22 de dezembro de 1992, mas sem citar em nenhum momento o processo de descoberta do Arquivo. Também omitiram importantes movimentos de resistência, como a luta sindical do magistério por aumento de salários ou por moradias dignas para todos os professores.

Por minhas críticas ao convênio assinado, à mudança de nome do Arquivo do Terror, à metodologia do trabalho realizado contra as vítimas, etc., fizeram-me sentir pessoa não grata. Chegaram a me negar a lista de torturadores por razões de “confidencialidade”, protegendo assim os autores de graves violações dos Direitos Humanos, e isto o faziam no arquivo oficial supostamente criado para a defesa dos direitos humanos.

A partir de então alargaram o nome do Arquivo do Terror para confundir as vítimas. Hoje, seu título oficial é: **Museu da Justiça. Centro de Documentação e Arquivo em defesa dos Direitos Humanos**. Apesar de tudo isso, segue sendo o Arquivo do Terror.

O conteúdo do Arquivo do Terror

Os documentos apropriados no procedimento judicial realizado no dia 22 de dezembro de 1992 correspondem ao Departamento de Investigação da Polícia; mais de 700 mil páginas contêm fichas de presos, informações confidenciais, petições de busca de pessoas, declarações indagatórias e informativas, controles de partidos políticos da oposição, sindicatos e grupos estudantis. Também incluíam escutas telefônicas, controles de entradas e saídas do país, informes de vigilância domiciliar, grande quantidade de documentos de identidade (cédulas e passaportes), várias notas ao Chefe do Departamento de Investigações, fotografias, cassetes com gravações de painéis, conferências, discursos, gravações de programas de rádio, etc.

Mas entre os documentos também encontram-se arquivos anteriores a 1954, ou seja, anteriores à ditadura de Stroessner, e que correspondiam às décadas de 1930 e 1940. Os documentos mais antigos provinham de 1917 e os mais recentes de 1952, coisa que os fazia muito valiosos para o estudo da ditadura de Higinio Morínigo e dos governos “colorados” anteriores ao Dr. Federico Chávez.

O Arquivo consta de diversos corpos: registro de comissões diretivas de sindicatos, livros de antecedentes da subseção operária e de leis especiais, listas de dirigentes operários, 18 volumes encadernados com os prontuários policiais, duas pastas com documentos sem catalogar, livros de entradas policiais, três caixas de prontuários e duas pastas de fotografias documentais correspondentes aos anos entre 1946 e 1954.

O conteúdo do Arquivo fazia referência a temas de tipo político, associativo, de controle social da população, etc., mas também se encontravam referências a delitos comuns e a outras questões irrelevantes. É preciso insistir que todo este valioso material foi confiscado judicialmente por iniciativa exclusiva dos sobreviventes da ditadura, das vítimas da Operação Condor.

Todo este fundo documental conservou-se no 8º andar da sede do Poder Judiciário a fim de realizar um inventário e classificação para sua posterior colocação à disposição dos diferentes juizados nacionais e internacionais. Atualmente, a documentação encontra-se microfilmada e digitalizada com aproximadamente um milhão de imagens ligadas a uma Base de Dados, o que permite sua consulta e impressão preservando o documento original.

Valoração dos documentos

A Unesco lançou, em 1997, o Programa Memória do Mundo (PMM) para evitar a amnésia coletiva, promover a preservação de documentos históricos e garantir uma ampla divulgação dos existentes em arquivos e coleções bibliotecárias em todo o mundo. Em 30 de julho deste ano, a Unesco incorporou, no marco do PMM, 35 documentos ao seu registro, entre eles o Arquivo do Terror do Paraguai, graças ao trabalho do Embaixador na França, Dr. Julio Duarte.

Em nível internacional, o Arquivo serviu como suporte documental para numerosos juízos realizados contra repressores argentinos, chilenos e uruguaios acusados de participar do desaparecimento de pessoas no marco da Operação Condor.

Para milhares de paraguaios que sofreram a repressão da ditadura, com detenções, torturas e cárcere, este arquivo constituiu uma possibilidade real de documentar sua tragédia. A nova figura jurídica, o *habeas data*, adquiriu uma utilidade concreta na reparação e indenização destas pessoas. A Comissão da Verdade e Justiça teve no Arquivo uma fonte documental de grande valor para comparar os testemunhos recolhidos das vítimas. Mas no Paraguai a justiça segue à margem da lei.

O valor histórico do Arquivo é inquestionável para o nosso país, pois encerra meio século de história oculta do Paraguai e da América Latina em seu conjunto. Aquela parte da verdade que não se integra no discurso oficial e que habitualmente nunca sai à luz. O Paraguai, governado ditatorialmente por um mesmo partido e uma mesma pessoa durante 35 anos, tem um período de sua história pouco estudado. As relações de poder, a subordinação à Doutrina de Segurança Nacional, o nível de conhecimento e influência das administrações norte-americanas, os diferentes graus de resistência ou a convivência dos partidos opositores e o asfixiante controle que a população em geral sofria sobre todas as suas atividades, podem ser mais bem compreendidas através dos numerosos informes e análises de quem tinha ao seu cargo a segurança do Estado.

Cabe destacar que toda descoberta documental traz consigo novas conexões, novas vias de pesquisa, o que permitiu averiguar, por exemplo, que o coronel Manuel Contreras, chefe do serviço de inteligência chilena, tomou contato com o general Vernon Walters, diretor-adjunto da CIA entre 1972 e 1976, e que com sua aprovação visitou todos os genocidas da Região com vistas a criar um organismo internacional de inteligência que devia coordenar os serviços responsáveis dos países do Cone Sul. É a prova de que os voos do Condor levam à Casa Branca.

Os Arquivos converteram-se em uma fonte inesgotável para os pesquisadores. Nos anos recentes, foram publicados livros de autores de diversas nacionalidades sobre a Operação Condor. Em maior ou menor grau, todos eles tiveram que recorrer a estas fontes documentais. Em nenhum outro país da região encontraram-se com um material tão compacto e completo sobre os anos da grande repressão. É um lugar de visita de estudantes de nível médio e universitário, passo obrigatório para visitantes estrangeiros com alguma vinculação com os direitos humanos e fonte de inspiração para outras iniciativas da Memória. Em Buenos Aires, por exemplo, realizou-se, no dia 16 de agosto de 1993, a Tribuna Popular contra a Repressão no Cone Sul. A base da Tribuna foi a documentação contida nos Arquivos do Terror.

Os Arquivos são um símbolo em si mesmos. No Paraguai, a memória está indefectivelmente ligada a eles. As imagens dos documentos passando de mão em mão no dia da sua descoberta, ou dos livros policiais ordenados nas prateleiras do Centro-Museu, converteram-se no ícone de uma época em que se rompia com o passado e se começava a caminhar rumo à democracia.

Quem tornou possível a descoberta histórica

É preciso mencionar, em primeiro lugar, o Comissário Mario Mancuello, companheiro de prisão na Delegacia 1ª, que me aconselhou a ler a Revista Policial do Paraguai para entender o entramado da Operação Condor. Depois, o preso político argentino Amílcar Latino Santucho, na Delegacia 3ª, o famoso “Sepulcro dos Vivos”, que me falou do engendro da diabólica Operação. A terceira pessoa que me iluminou a pista foi a companheira de prisão no Campo de Concentração de Emboscada, a doutora Gladys de Sannemann. Em Paris, consegui acumular quase todos os números da Revista Policial do Paraguai, e o padre jesuíta Charles Antoine me colocou a par sobre a intervenção do presidente da Bolívia, Hugo Banzer, que criou a “receita” para combater a Igreja católica por dentro, contra os bispos, padres, freiras e leigos comprometidos com a Teologia da Libertação. Foram também muito importantes as contribuições do jornalista francês da TF1 de Paris, Pierre Abramovich, que depois visitou os Arquivos.

Quando regressei ao país, em 1990, com minha segunda esposa, María Stella Cáceres, minha assessora no delicado tema, conseguimos criar a Fundação Celestina Pérez de Almada (FCPA), em novembro de 1990. Constituímos uma unidade de pesquisa em matéria de Direitos Humanos presidida por María Stella Cáceres e integrada pela Lic. Graciela

del Campo (argentina), Marta Machain, Graciela Romero e o Lic. Arnaldo Gutiérrez.

Tomei contato e informei minhas intenções ao pastor luterano Armin Ilhe, então presidente do Comitê de Igrejas (católicas e protestantes). A seu pedido mantivemos depois uma conversa com a unidade de pesquisa da FCPA onde lhe informamos secretamente a possível localização do “ninho do Condor”. Posteriormente, tive uma longa conversa com o diretor do jornal Noticias, Cristhian Torres, que me garantiu seu total apoio. Sua intervenção também foi determinante. Finalmente, consegui uma conversa com o ministro da Suprema Corte de Justiça, Jerónimo Irala Burgos, meu ex-professor na Universidade Nacional, Faculdade de Direito, a quem perguntei se haveria um juiz com coragem para levar adiante o meu pedido de *habeas data*. Queria saber como morreu a minha esposa, porque o temível comissário Alfonso Lovera Cañete me havia manifestado que ela havia se suicidado e também queria saber por que militares estrangeiros me torturaram em nosso país. Recomendou-me apresentar o *habeas data* no Juizado Penal de José Agustín Fernández. Assim o fiz e o jovem juiz honrou seu cargo e passou à história.

A proteger os Arquivos

Desde o primeiro momento de sua descoberta, a nossa preocupação esteve centrada na segurança dos Arquivos. Fizemos um apelo à organização “França/América Latina”, que nos enviou imediatamente o seu assessor jurídico, Dr. Pierre Kaldor, e depois chegou seu presidente, Marcel Bernard, no transcurso das festas de fim de ano de 1992. Os primeiros jornalistas estrangeiros que chegaram foram Stella Calloni, correspondente do La Jornada do México; Samuel Blixen, do jornal Brecha do Uruguai; Pierre Abramovich, do Le Monde de Paris; John Dinges, jornalista do Washington Post; Jane Rocha e Emily Buchanam, da BBC; as TVs espanhola, francesa, austríaca, argentina, brasileira, norte-americana, italiana, chilena e outras.

O juiz espanhol Baltasar Garzón, em 1997, visitou os nossos Arquivos, e sua presença constituiu um respaldo moral que evitou a intervenção das forças repressivas para recuperar seus documentos comprometedores.

A organização “França/América Latina”, com Sophie Thonon e colaboradores à frente, constituíram em Paris, em 1995, um grupo de trabalho para a proteção do Arquivo do Terror. Iniciativa que contou com o apoio do sociólogo Alain Touraine e de seu assistente, Eduardo Valenzuela. O gru-

po de trabalho apontou também para a criação da **Comissão da Verdade e Justiça** e do **Museu das Memórias**.

O ressurgir da Memória: quando chegam os documentos e as palavras, abrem-se as portas da verdade

Quando, em 1992, foi derrubado, em Assunção, o muro do silêncio, cumpriu-se finalmente a frase cunhada por Abraham Lincoln: “Não se pode enganar todo o povo todo o tempo”. A primeira reação da justiça latino-americana (embora não em todos os países) foi entender que, para o delito de lesa-humanidade, a anistia não procede.

Os Direitos Humanos nasceram lutando contra o Estado repressor. Foi um nascimento traumático. Também no Paraguai. O atual procurador Geral da República, nostálgico da ditadura, mantém a prescritibilidade dos delitos de lesa-humanidade. É preciso pensar que mantém este critério porque fez um curso de especialização na Universidade de Harvard. Apesar da oposição de importantes setores e em consequência da descoberta do Arquivo do Terror, da chegada de seus documentos e palavras, as coisas mudaram. Criaram-se diversas instituições e realizaram-se importantes gestões. Criou-se a Comissão Nacional de Direitos Humanos e Nunca Mais ao Terrorismo de Estado. Na Assembleia Nacional foi eleito o Dr. Dionisio Gauto, integrante da Mesa de Memória Histórica, reeleito por duas vezes com uma brilhante atuação.

Criou-se o **Museu das Memórias: Ditadura e Direitos Humanos** sob a direção da licenciada María Stella Cáceres, que desde 2002 funciona, inicialmente como museu itinerante, sob o estrito controle das vítimas. Este museu conta com um Centro de Documentação com um importante fundo fornecido em grande parte pela população. Um espaço científico dedicado ao estudo, pesquisa e difusão das normativas em Direitos Humanos. Está se convertendo em um centro de referência internacional em educação e Direitos Humanos graças aos acordos que vem assinando com universidades latino-americanas e europeias, sem esquecer as ONGs especializadas no tema. No dia 8 de agosto de 2013, e por cinco anos, foi assinado um convênio de usufruto gratuito e cooperação entre o Ministério do Interior, a Fundação Celestina Pérez de Almada e a Mesa Memória Histórica.

Em companhia da senadora Carmen Lara de Castro, María Stella Cáceres, Dionisio Gauto e Florencio Rivero, tivemos uma reunião com o embaixador norte-americano John Glasman em 1993, na qual lhe pedimos para que transmitisse ao presidente Clinton a nossa formal acusação ao governo dos Estados Unidos da América do Norte de ser o criador do

infernais aparato repressivo no Paraguai e em toda a América Latina, ao mesmo tempo que reclamávamos uma justa indenização. O embaixador negou rotundamente a acusação e a reunião terminou de maneira muito ruim, nada diplomática, certamente. A violenta situação prosseguiu ao sair da embaixada, pois às portas da mesma se encontravam jornalistas da BBC de Londres que entrevistaram o chefe de imprensa da embaixada, Patrick Duddy, o qual, levado pela desagradável atitude do embaixador, também perdeu as estribeiras e, considerando-se um “cowboy”, nos tratou como bandidos, subversivos e outros epítetos.

Este chefe de imprensa, Patrick Duddy, chegaria a ser embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, mas antes realizaria seu estágio em Assunção, dirigindo o “serviço informativo e cultural” da embaixada de seu país. No dia 23 de dezembro de 1992 negou rotundamente que seu país tivesse assessorado, “nem recomendado ou participado de nenhum tipo de tortura, quer seja em seu país, quer seja em qualquer outro”. Disse também que as acusações contra o governo dos Estados Unidos era um “velho argumento dos terroristas para justificar os ataques aos funcionários norte-americanos destacados no exterior”. Na primeira quinzena daquele caloroso mês de janeiro já não restava nenhuma dúvida a ninguém de que o governo norte-americano havia assessorado a polícia de Stroessner na repressão política.

Naquele álgido momento chegou ao Paraguai o general Richard F. Timmons, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos (United States Southern Command), a IV Frota, e uma hora mais tarde, acompanhado do embaixador Jon Glassman, teve uma reunião com o general Andrés Rodríguez, então presidente “golpista” da República. Para que tinha vindo o general Timmons? Esta é uma incógnita que ainda segue pairando no ar. Sabe-se, no entanto, que havia eleições no Paraguai (que levariam ao poder Juan Carlos Wasmosy) e também na Bolívia, onde em junho de 1993 levariam à presidência Gonzalo “Goñi” Sánchez de Lozada. Também não faltaram especulações sobre quem enviava o misterioso general Timmons ao Paraguai, tendo em conta que no dia da sua chegada, George Bush (pai) entregava o poder a Bill Clinton. Foi dito também que o general Timmons, acompanhado por Glassman e Duddy, teria visitado o Arquivo do Terror altas horas da noite para verificar documentos que pudessem comprometer o seu país em técnicas de tortura. Estes rumores foram desmentidos, como era de se esperar. A verdade é que os norte-americanos tinham interesse no arquivo secreto da polícia de Stroessner.

Quando, em 1997, por causa de uma documentada denúncia, o Ministério de Relações Exteriores abriu um sumário (DGPEX nº 07/97) sobre a possibilidade de exigir indenização ao Governo dos Estados Unidos da

América, Patrick Duddy já tinha ido, passando primeiro na Bolívia e depois na Venezuela, de onde foi expulso pelo presidente Hugo Chávez. Acreditamos que a presença do chefe do Comando Sul em Assunção foi para apagar “os rastros non sancta” do novo presidente do Paraguai, Andrés Rodríguez, “o Czar da Droga” no Cone Sul da América Latina e cúmplices. Mas as peças documentais sobre a Operação Condor estavam debaixo das informações sobre o movimento comercial das drogas.

Já aponte que a descoberta do Arquivo teve consequências positivas para o ressurgir da Memória. Muito cedo começaram a aparecer sinais de mudança depois da Ditadura. O Congresso Nacional, nomeado a dedo, aprovou em agosto de 1989 a Lei 01/89 pela qual o Paraguai ratificava a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Promoveu-se a primeira querela criminal “suspeitosamente” não contra Stroessner, mas contra seus cúmplices e acobertadores no caso de Mario Shaerer Prono, lutador social vítima da ditadura, que possibilitou a condenação de Pastor Coronel, chefe de Investigações, e de alguns torturadores. O juiz interventor foi Luis María Benítez Riera. Foi fundada a Seção do Paraguai da Anistia Internacional, CIPAE, CEPAG, o capítulo Paraguai da Associação Americana de Juristas (AAJ) e outras organizações publicaram o documento “O preço da Paz”, antecedente importante da **Comissão da Verdade e Justiça**. Foi criada a clínica Atyha para a atenção dos sobreviventes da tortura. Constituiu-se o coletivo “Decidamos”, que fomentou uma grande campanha para a participação cidadã. Publicou-se o livro “Semente de Vida”, referido aos paraguaios exilados na Argentina, vítimas da ditadura, e constituiu-se a Coordenação de Direitos Humanos do Paraguai (CODEHUPY).

Foi formada a Mesa Memória Histórica, uma plataforma de organizações da sociedade civil criada no marco do Encontro “Memórias e Arquivos da Repressão – Debates para um futuro”, desenvolvido nos dias 28 e 29 de outubro de 2002 na Aula Magna da Universidade Católica de Assunção, com a presença de cerca de 100 ativistas dos direitos humanos.

No dia 25 de maio de 1989, iniciamos o primeiro juízo contra o ditador, cúmplices e acobertadores, pelo assassinato da minha esposa Celestina Pérez e por minha detenção e tortura. Não recebemos por parte do Poder Judiciário o devido impulso e tivemos que ver como a impunidade continuava, apesar da descoberta do Arquivo. O Poder Judiciário, salvo honrosas exceções, continuava impenetrável às mudanças. Durante os 35 anos da ditadura não tivemos conhecimento de que o Poder Judiciário tivesse feito justiça; foi sempre um simples apêndice da polícia política, salvo raras exceções. Por exemplo, os juízes nunca deram lugar aos recursos de *habeas corpus*.

Seguem as gestões judiciais mais importantes feitas, tanto na Europa como na América Latina. Declaração testemunhal, aportando provas da Operação Condor ante:

- o juiz Baltasar Garzón, Audiência nº 5, Espanha (1995);
- o juiz Penal francês Leloir (1996);
- o Juizado Penal de Instrução em Genebra (1997);
- o Fiscal italiano em Roma (1998);
- o juiz argentino Carnicoba Corral, Buenos Aires (1999);
- o juiz Penal de Instrução Juan Tapia, do Chile (2000).

O juiz Penal Gustavo Santander, com a autorização da Suprema Corte de Justiça, trasladou-se para Buenos Aires, em dezembro de 2003, para entregar aos seus pares Carnicoba Corral e Jorge Urso os documentos da Operação Condor referentes à Argentina. O contato do juiz paraguaio com os juízes argentinos realizou-se graças à iniciativa das vítimas, em especial da viúva do Dr. Agustín Goiburú, Elisa Benítez (Elin), apesar da tenaz oposição do Fiscal dos Direitos Humanos, Edgar Sánchez, um nostálgico da ditadura.

Também é preciso destacar as visitas diplomáticas ao Arquivo do Terror, entre as quais é preciso mencionar especialmente aquela que realizou, de maneira oficial, o presidente da República Federal Alemã, Jost Koller. Estando em visita oficial ao Paraguai teve uma conversa com o presidente Nicanor Duarte Fruto, o qual lhe pediu para visitar o Museu das Memórias, acontecimento que teve lugar no dia 6 de março de 2007. Ao término da emotiva visita com os descendentes alemães vítimas do Condor, solicitamos ao presidente alemão que seu governo abrisse os arquivos militares e os do Ministério de Relações Exteriores em tudo aquilo que se referisse à Operação Condor na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Posteriormente recebemos uma nota da embaixada alemã em Assunção informando que o nosso pedido havia sido aceito e resultou favoravelmente. Inclusive em uma parte da nota falava-se da Operação Condor no Paraguai e reproduzia uma frondosa lista de refugiados chilenos na Alemanha. O mesmo pedido fizemos ao governo suíço, recebendo uma resposta igualmente positiva, pondo seus arquivos à nossa disposição. Lamentavelmente, por falta de recursos econômicos, até a presente data não pudemos recorrer a essas importantes fontes documentais.

A projeção internacional de nossa luta tornou-se cada vez mais importante. Estabelecemos relações com diversas organizações, todas elas defensoras dos direitos humanos, ativas na recuperação da Memória Histórica e, algumas, representativas de muitos anos de luta pela democra-

cia, como a Associação Catalã de ex-Presos Políticos do Franquismo, cujos associados somam centenas de anos de cárcere e tormentos. Estabelecemos um convênio de colaboração entre ela e a nossa Fundação Celestina Pérez de Almada.

Graças às gestões do presidente desta associação, Enric Pubill, tive acesso a importantes meios de comunicação da Catalunha (Rádio e TV da Catalunha) que me entrevistaram junto com o destacado jornalista norte-americano John Dinges, sobre a descoberta do Arquivo do Terror. Depois da entrevista Dinges me apresentou a possibilidade que o National Security Archive, da Universidade de Washington, prestasse assistência técnica ao Arquivo do Terror. Fez-me a promessa de visitar o arquivo em companhia de Carlos Osorio, da citada organização, com vistas à digitalização dos documentos. Foi uma promessa cumprida.

O Arquivo também teve uma influência positiva na Argentina. Este país desempenhou um papel de primeira ordem na Operação Condor. Sua atividade repressiva e sua contribuição para a morte e a dor em outros países do Cone Sul foi grande. Sua conexão com o sistema repressivo de Stroessner, por exemplo, era total. Neste sentido não se deve esquecer que há mais de 100 paraguaios detidos/desaparecidos na Argentina durante a guerra suja, fato ignorado totalmente pelo Ministério Público paraguaio. Mas a Argentina realizou, neste tema de recuperação da Memória Histórica, uma atividade exemplar. Naquele país foram as vítimas da Operação Condor, algumas ainda no exílio junto com familiares de vítimas organizadas em Mães ou Avós da Praça de Maio, que se mobilizaram e com seus gritos nas ruas derrubaram o muro da impunidade imposto pelo grupo cívico/militar. Eles provocaram a explosão da memória, e a Argentina, hoje, é o país que lidera a defesa dos direitos humanos na América Latina.

Um grupo de destacados/das líderes sociais e políticos paraguaios, que foram vítimas diretas do Terrorismo de Estado imposto pelo governo de Alfredo Stroessner, recorreram, em 6 de agosto de 2013, aos tribunais argentinos baseando-se no Princípio de Jurisdição Universal e iniciaram a querela criminal pela impunidade reinante no Paraguai de 1954 a 2013. A querela realizou-se sob o patrocínio dos Advogados Juan Adolfo Mayda (argentino), Aitor Martínez Giménez (espanhol) e Juan Rivarola (paraguaio) por graves violações dos direitos humanos e por genocídio contra a nação Arche. Menciono esta batalha jurídica porque eu também promovi, no dia 25 de maio de 1989, uma querela criminal contra Stroessner, cúmplices e acobertadores, embora lamentavelmente a inação judicial continue até hoje evitando que a querela prospere.

Um furacão chamado Edward Snowden

Os recentes incidentes diplomáticos causados pela política de espionagem sistemática praticada pelo governo norte-americano nos leva a confirmar que o Plano Camelot de espionagem sociopolítica foi aplicado inicialmente no Paraguai.

A critério da prestigiosa jornalista argentina Stella Calloni, o “furacão Edward Snowden desnudou os labirintos da maior espionagem global da história da humanidade realizada pelos Estados Unidos da América do Norte” (Fonte: *Contrainjerencia* 08.11.13). Neste sentido, a nossa luta contra a impunidade nos permitiu descobrir os planos militares terroristas, primeiro o Plano Camelot, em 1974, depois a Operação Condor. Por esse motivo, em 2002, recebi no Parlamento Sueco o Prêmio Nobel Alternativo, o mesmo prêmio que também Edward Snowden recebeu em 2014. Seu pai o representou no evento, uma vez que Edward encontra-se asilado em Moscou, porque em seu país de origem, os Estados Unidos, corre o perigo de ser preso e até de ser condenado à morte e executado na cadeira elétrica.

Embora com as grandes diferenças próprias do caso, seria possível dizer que estamos diante de pesquisas paralelas. Na minha tese “Paraguai, Educação e Dependência” já avancei, entre outras coisas, no destaque de uma situação verdadeiramente alarmante: a espionagem sociopolítica dos Estados Unidos no Paraguai e outros países, especialmente dirigido a controlar a população e evitar movimentos políticos e sociais contrários às suas políticas de governo. Na minha tese ficava clara a ingerência dos Estados Unidos nos países latino-americanos em geral e no Paraguai em particular. O método? O controle total da sociedade mediante a espionagem em massa.

Realizei minha pesquisa de forma muito artesanal, através de questionário, ao passo que Snowden, filho do século XXI, o fez contando com a mais alta tecnologia comunicacional e a partir do coração da estrutura do Império. Penso que o presidente Obama o considera um feroz inimigo que coloca em perigo a segurança do império. Outro “Terrorista Intelectual” por ter desnudado a maior espionagem política mundial no país que se autoproclama “paladino do mundo livre”. Para salvar sua vida, Snowden não teve outro remédio senão abraçar o difícil caminho do exílio.

Snowden recebeu o Prêmio Nobel Alternativo por sua coragem sem precedentes em matéria relacionada com a vigilância estatal que viola os processos básicos da democracia e dos direitos humanos. Estamos em dívida com ele.

O Condor continua voando...

Mas nem tudo terminou; o Condor continua voando. Em 1997, encontramos em Assunção um documento que continha um importante segredo militar: o coronel paraguaio Francisco Ramón Ledesma, Oficial de Enlace, dirige-se, no dia 10 de julho de 1997, ao coronel equatoriano Jaime del Castillo Baez, secretário-executivo da XXII Conferência de Exércitos Americanos (CEA), manifestando o seguinte: “aqui lhe envio a lista dos subversivos paraguaios do primeiro semestre de 1997, solicitada por você com a finalidade de elaborar a Avaliação Combinada da Situação Subversiva no Continente (ACSSC)”. O militar paraguaio declarou, a nosso pedido, ante o juiz Penal Jorge Bogarin e informou que em 1995 a CEA reuniu-se em Bariloche, Argentina, com a presença dos presidentes Carlos Menem e Augusto Pinochet. Este último advertiu os militares sobre o perigo que entraña a democracia, porque detrás da democracia estão os comunistas. O Exército norte-americano estava representado pelo general Denis J. Reimer, ao passo que o Paraguai, pelo general de Brigada Santiago Zaracho. A CEA voltou a se reunir em 1999 na capital da Bolívia, La Paz, e em 2001 em Santiago do Chile, onde o presidente Ricardo Lagos deu as boas-vindas aos terroristas.

Atualmente, a CEA está a cargo do Exército colombiano. Chamamos esta Conferência de Exércitos Americanos de Condor II e pudemos comprovar que Chile, Colômbia, México, Brasil, Peru, Paraguai e Panamá seguem enviando seus oficiais à escola de assassinos instalada atualmente no Forte Benning, Estado da Geórgia, Estados Unidos. O padre norte-americano Roy Bourgoise criou, há mais de 20 anos, o organismo SOAW e realiza periodicamente campanhas para o fechamento dessa Escola de Assassinos.

Manifestamos a nossa profunda preocupação com a presença de uma base militar no coração do Chaco Paraguaio, Mariscal Estigarribia, e também no coração do Chile, Concón, supostamente para assegurar operações de paz em zonas urbanas. Refiro-me, além disso, às bases militares na Colômbia, Panamá, Honduras, Guantánamo, no contorno da Venezuela, Equador, Bolívia, Argentina e Brasil. Outra expressão de colonialismo é a presença militar dos ingleses nas Malvinas. As Malvinas são argentinas e da América Latina.

A ocasião é propícia para expressar os nossos agradecimentos aos franceses que colaboraram eficazmente na descoberta do Arquivo do Terror e sua posterior proteção, como o padre Charles Antoine, Marcel Bernard, o advogado Pierre Kaldor, Sophie Thonon da França-América Lati-

na, o prof. Alain Touraine, William Bourdon, Eduardo Valenzuela, Pierre Abramovich e outros.

Também os meus agradecimentos à organização França, Terra de Asilo, por ter me recebido com meus três filhos durante o meu exílio forçado entre 1979-1992.

Um reconhecimento especial à Anistia Internacional da Suíça e ao Comitê de Igrejas pela enérgica ação promovida para conseguir minha liberdade, coisa que conseguiram.

Saudamos com simpatia que no Brasil se inicie a pesquisa correspondente à Operação Condor, assim como no Uruguai, Chile e Equador.

Abrigamos a firme esperança de que o Papa Francisco dê curso ao nosso pedido de abrir todos os Arquivos do Vaticano referentes à Operação Condor (a Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai). Os Arquivos do Vaticano refletem a vida da Igreja e o acontecer do mundo, e seus documentos são essenciais para poder reclamar justiça.

Celebramos a vigência por mais de 30 anos da democracia na Argentina, de recuperação das instituições e de Estado de Direito até as grandes reivindicações de nossos dias, como os meios de rádio e televisão, e isso apesar das tentativas desestabilizadoras do poder econômico local vinculado aos interesses do Império. Celebramos que as Avós da Praça de Maio tenham encontrado também um neto de paraguaio detido/ desaparecido.

Convocamos as Universidades da América Latina para que pesquisem o destino final da geração destinada a dirigir o nosso continente e que foi destruída pelo Condor. **Sem ela a vida continua, mas o vazio é enorme e seguimos com a dor permanente.**

Manter viva a Memória

Temos que fazer conhecer às novas gerações a origem e as consequências de um passado de intolerância que nos veio de Washington para que NUNCA MAIS se repita um regime antidemocrático na América Latina.

Como dizia Rosa Luxemburgo: “A liberdade é sempre a liberdade dos que pensam de outra maneira. Temos que defender a liberdade”.

Para isso, os provedores de serviços de comunicação não devem enviar ao governo compulsivamente os registros telefônicos e de internet no marco do programa de vigilância massiva. Porque já não é tempo de impérios, nem colônias, nem de ditaduras militares, muito menos de permitir que o Condor continue voando. É tempo de povos, de justiça e dignidade.

Assunção, 15 de setembro de 2015.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção societa-ária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Aírton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinty
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyless Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Elida Azevedo Henington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívio* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaiá
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoececer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando o Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentil Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sônia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Doménica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikwá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon



Martín Almada é graduado em Literatura e em Direito pela Universidad Nacional de Asunción, Paraguai. Foi eleito presidente da Asociación de Educadores de San Lorenzo (1962) e promoveu a construção da Villa del Maestro para seus colegas. É doutor em Ciências da Educação pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina), e foi o primeiro paraguaio a conquistar este título. Sua tese de doutorado, intitulada “Paraguay: Educación y Dependencia”, foi enviada pela Policía argentina para a Policía paraguaia no auge da Operação Condor (troca de informações e de prisioneiros políticos no Cone Sul).

Obra do autor

ALMADA, Martín. Paraguay, La Carcel Oliviada. Disponível em <<http://www.martinalmada.org/libro.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.



UNISINOS